

**O PAPEL DO ESTÁGIO  
NA FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL DO  
ARQUIVISTA: A  
EXPERIÊNCIA DO  
CURSO DE  
ARQUIVOLOGIA DA  
UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA**



**Renato Tarciso Barbosa de Sousa**

*Departamento de Ciência da Informação  
e Documentação da Universidade de Brasília  
Mestre em Biblioteconomia e Documentação*

O debate sobre o papel do estágio na formação profissional do arquivista coloca em cena uma discussão mais ampla: o lugar que deve assumir a prática em nossa disciplina

e a vinculação que esta deve ter com a teoria. Gostaria de fazer algumas considerações sobre esses dois aspectos, que considero fundamentais para o processo de definição do caminho que deveremos traçar para formar profissionais capacitados para enfrentar os problemas e as dificuldades geradas por nosso objeto de estudo.

A prática, apesar de sua autonomia, não fala por si mesma, isto é, não é diretamente teórica (VÁSQUEZ, 1968, p. 234-237). A busca da compreensão da prática apenas como prática, separada da teoria, leva-nos a um certo pragmatismo e distorce o caráter de ação consciente e ação refletida impossibilitando-nos de alcançar a síntese, que é o elemento fundamental do pensamento e o que atribui o caráter de concreticidade. Mas um acento maior na teoria e a separação da prática leva-nos ao estágio da abstração ou contemplação. Destacar mais um desses elementos nos encaminha para o senso comum, que esconde ou dissimula muitos aspectos básicos à compreensão da realidade, por simplificar demais as coisas na maioria das vezes (PEREIRA, 1995, p. 74-75). E a teoria que não se enraiza neste pressuposto não é teoria porque permanece no horizonte da abstração.

A prática é fundamento da teoria ou seu pressuposto. Ela evidencia, em seu sentido mais amplo, o caráter de alicerce da teoria na medida em que esta se encontra vinculada às necessidades práticas do homem. As exigências da prática contemporânea constituem uma importante fonte de desenvolvimento da teoria (VÁSQUEZ, 1968, p. 222). Isto pode ser observado na própria evolução da teoria arquivística. A Teoria das Três Idades, um dos fundamentos da Arquivística contemporânea, foi elaborada a partir de problemas práticos que surgiram com a expansão das atividades do Estado. Assim como acredito que a disseminação das novas tecnologias, enquanto novos suportes documentais e novas possibilidades de acesso à informação, estão exigindo e exigirão novos pressupostos teóricos (DURANTI, 1994, p. 50).

A teoria, entretanto, não pode ser reduzida às exigências e necessidades de uma prática existente. Dessa forma,

ela não poderia adiantar-se à prática e, portanto, influir - inclusive decisivamente - em seu desenvolvimento (VÁSQUEZ, 1968, p. 232).

Estes dois fatos, a prática enquanto fonte e como finalidade da teoria, demonstram que as relações entre teoria e prática não podem ser entendidas de maneira simplista ou mecânica. E a separação, a dissociação, a desvinculação entre a teoria e a prática segmentam e hierarquizam o saber. O ensino sustentado nessas bases torna-se desconectado de um contexto mais amplo, aumentando o hiato entre este e a prática profissional.

O ensino arquivístico não pode, assim como todos os outros, privilegiar nenhum desses dois aspectos (teoria e prática), mas, pelo contrário, deve encontrar o instante de sua vinculação. E ele somente adquire um alto grau de profissionalismo quando existe uma nítida vinculação entre a teoria e a prática (LOPES, 1993). A Arquivística é uma disciplina com finalidade profissional e, por seu turno, ela deve apoiar seus ensinamentos teóricos em uma experimentação e um contato com a prática (ROUSSEAU, COUTURE, 1994).

É necessário, ainda, definirmos o que é formação e qual o seu objetivo. Formação, para Luis Fernando Abrucio, refere-se ao desenvolvimento de aptidões múltiplas - e, portanto, sempre tem um alto grau de generalismo - por meio de um processo de caráter nitidamente escolar (ABRUCIO, 1993, p. 77). Para Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, a formação é entendida no sentido amplo e faz referência a todo o esforço para transmitir os conhecimentos, quer se trate da formação inicial, de formação contínua ou de aperfeiçoamento (ROUSSEAU, 1994, p. 272). Michael Cook faz uma diferenciação entre educação e formação. A formação se relaciona à instrução relativa aos verdadeiros processos que têm lugar em um serviço de arquivos e está destinada a garantir que estes processos sejam eficazes, bem projetados e adequados para seu fim. A educação é algo mais fundamental e de mais longo alcance (COOK, 1982, p. 6).

O objetivo da formação, segundo Michael Cook, é formar profissionais auto-suficientes que possam fazer seu trabalho com segurança, porque sabem resolver os problemas intrínsecos, e que criam, além disso, valor social na sua atividade. (COOK, 1982, p. 10)

A formação deve ter um compromisso com a construção do conhecimento. Ela tem de se desvencilhar da influência positivista, que definiu as coordenadas de nossa cultura e que banuiu a relação entre o saber e os pressupostos da elaboração desse saber.<sup>1</sup> A formação profissional deve estar atrelada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, inovar e, sobretudo, recriar. Os verbos mais utilizados nesse paradigma de trabalho pedagógico devem ser: questionar, mudar, procurar, descobrir, inventar, modificar, melhorar, sentir, participar, arriscar e inovar. Acreditamos, também, que o sucesso desse processo está na possibilidade de articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa.

É consenso para a maioria dos autores, que se dedicam à questão dos programas de formação de arquivistas, a importância da realização de estágios em situações reais ou simuladas. Richard Cox, por exemplo, entende que toda profissão é centrada no conhecimento da prática e da teoria (s.d., p. 33). Heloísa Bellotto acredita que, se na maior parte das profissões a teoria não pode prescindir da prática, na Arquivologia é absolutamente vital a presença do exercício efetivo. A autora complementa indicando que teria pouca utilidade um curso que não proporcionasse pelo menos 40% de treinamento efetivo sobre as horas totais do curso (BELOTTO, 1992, p. 15). Jean-Yves Rousseau e Carol Couture entendem que o estágio no local de trabalho deve ser um componente de todo programa de formação. Para os autores canadenses, trata-se de um elemento essencial na formação, permitindo ao estudante confrontar a teoria e a prática profissional e preparar também sua integração à profissão (1994, p. 262-269).

O Conselho Federal de Educação, quando fixou o currículo mínimo de conteúdo e duração do Curso de Arquivologia, estabeleceu a obrigatoriedade do estágio su-

pervisionado em instituição especializada, que corresponderia a 10% do total de horas previstas para a habilitação. Então, se o curso deveria ser ministrado em, no mínimo, 2.160 horas-aula, o estágio deveria ter 216 horas.<sup>2</sup>

A legislação federal, além das orientações estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação, tem dispositivos regulamentando os estágios de forma mais ampla. A lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, determinou que o estágio:

somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo, o estudante, para esse fim, estar em condições de estagiar.

O decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, que regulamentou a lei acima citada, definiu estágio curricular como:

as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação de instituição de ensino.

O artigo 3º do mesmo decreto estabeleceu que:

O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele participam pessoas jurídicas de direito público e privado, oferecendo oportunidade e campos de estágio, outras formas de ajuda, e colaborando no processo educativo.

O estágio, da forma que está disposto no decreto, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, bem como estabelece a existência de um seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário, sob a responsabilidade da instituição de ensino. Determina também que a programação, orientação e supervisão, avaliação do estágio, sua carga horária, duração e jornada de estágio curricular, as condições, caracterização e definição dos campos de estágio sejam regulamentadas pela instituição de ensino (BURIOLLA, 1995).

Percebe-se que esta legislação existente sobre o estágio, tanto a federal quanto a emanada pelo Conselho Federal de Educação, confere, na sua operacionalização, um caráter de "proteção" e de formação prática ao aluno. Ou seja, intenciona-se um estágio que permita ao aluno o preparo efetivo para o agir profissional: a possibilidade de um campo de experiência, a vivência de uma situação social concreta supervisionada por um profissional competente, que lhe permitirá uma revisão constante desta vivência e o questionamento de seus conhecimentos, habilidades, cosmovisões etc, podendo levá-lo a uma inserção crítica e criativa na área profissional e num contexto sócio-histórico mais amplo (BURIOLLA, 1995).

Desta forma, o estágio prático é essencial à formação do aluno de Arquivologia. Ele propicia ao aluno um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre o agir profissional e uma visão crítica das relações existentes no mercado de trabalho. O exercício prático, entretanto, deve ser apoiado na supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos (BURIOLLA, 1995).

O estágio configurado como tal — parte integrante do trabalho pedagógico, com qualidade de aprendizagem e com situação efetiva de treinamento profissional — apresenta-se, hoje, salvo algumas exceções, com muitas dificuldades de se efetivar sob essa concepção. O estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto da Arquivologia, onde uma gama de situações, de

atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida. É o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente (BURIOLLA, 1995).

No curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, que tem um total de 2.400 horas-aula, o estágio supervisionado foi dividido em duas disciplinas de 120 horas-aula cada, correspondendo a 16 créditos, cumprindo assim a determinação do Conselho Federal de Educação. O Estágio Supervisionado 1 tem como objetivo o desempenho de tarefas arquivísticas e observação do funcionamento dos serviços e atividades de um arquivo. O Estágio Supervisionado 2 tem como objetivo o desempenho de tarefas em arquivo histórico.

Em Brasília, temos uma situação bastante peculiar. Apesar de sermos o "paraíso dos arquivos", tomando de empréstimo uma expressão cunhada pelo professor Luis Carlos Lopes, temos uma dificuldade muito grande de campos de estágio para os alunos. São poucas as instituições que, possuindo, dentre suas atividades próprias, abordagens, espaços e possibilidades, contam com profissionais capacitados para supervisionar as atividades desenvolvidas pelos alunos. Os arquivos dos órgãos governamentais têm, em sua maioria, uma organização incipiente, empírica e improvisada. Essas dificuldades são aumentadas por características específicas do curso, que, acredito, diferencia-se muito dos outros cursos existentes no país. Trata-se de um curso noturno e que tem a maioria de seus alunos empregados, principalmente no setor público.<sup>3</sup>

A solução encontrada foi a de criar no próprio curso as condições para o desenvolvimento de atividades práticas. Durante os anos de 1991 e 1993, a disciplina Estágio Supervisionado 1 teve, então, como conteúdo programático, a organização do arquivo Carlos Lacerda. Foram realizadas várias atividades arquivísticas nesse acervo, sempre supervisionadas pelos professores do curso. Foi possível realizar inventário sumário, proposta de classificação e descrição

e desenvolver várias atividades de pesquisa. A falta, apesar das várias solicitações, de investimentos por parte da Universidade na criação de condições adequadas para o exercício prático com o arquivo Carlos Lacerda acabou por inviabilizar temporariamente os trabalhos. O depósito, onde está localizado o acervo, não tem espaço, mobiliário e material de consumo necessários e adequados para o prosseguimento das atividades.

A partir de 1994, a disciplina Estágio Supervisionado utilizou como objeto de estudo a massa documental acumulada no Departamento de Ciência da Informação e Documentação, ao qual está vinculado o curso de Arquivologia. As atividades nesse acervo foram facilitadas pela existência do projeto de pesquisa "Gerenciamento da Informação e Gestão Documental ao Cid", coordenado pelo professor Luis Carlos Lopes. Este projeto garantiu a criação de um espaço para o armazenamento de mais de 50 metros lineares de documentação textual, mobiliário e material de consumo. Os trabalhos executados pelo projeto e pelos alunos da disciplina eram complementares e simultâneos. Este acervo é muito rico por conter características semelhantes aos arquivos existentes em Brasília. É possível, a partir do seu conhecimento, entender a extrema formalização dos processos administrativos, a falta de controle na criação de formulários e a produção indiscriminada de cópias.

No primeiro semestre de 1995, foi realizada uma nova experiência com o estágio supervisionado. Os alunos deveriam desenvolver um diagnóstico minucioso da situação arquivística e um projeto de organização de arquivos correntes de uma entidade. Orientou-se para que essas atividades fossem realizadas nos seus locais de trabalho. Uma parcela considerável da turma conseguiu elaborar os trabalhos propostos. A supervisão era feita a partir de diários de campos feitos pelos alunos e de reuniões periódicas.

As soluções encontradas pelo curso de Arquivologia não encerram o assunto. Conseguimos, com os trabalhos no arquivo Carlos Lacerda e na massa documental acumulada,



criar situações onde pudessem ser reproduzidas as importantes atividades de classificação, avaliação e descrição. E, também, supervisionar mais de perto os trabalhos desenvolvidos pelos alunos, questão que raramente ocorre nos campos de estágio. Mas o agir profissional não pode ser reduzido ao processamento técnico próprio da disciplina. Os alunos, em sua formação, precisam vivenciar a prática profissional em toda a sua amplitude. Bruno Delmas entende, por exemplo, que além das funções de elaboração dos principais instrumentos arquivísticos, os arquivistas profissionais têm de estar preparados para a direção dos serviços de arquivos (organização dos serviços, gestão de pessoal, finanças e patrimônio, previsão e programação de atividades internas etc.) (1979, p. 9-11.). É o que Michel Duchein chama de terceiro campo da Arquivística moderna (1993, p. 24-25).

Acreditamos que o exercício prático não pode ser reduzido à determinação do currículo mínimo. A unidade entre teoria e a prática deve perpassar todo o trabalho pedagógico:<sup>4</sup> na sala de aula, nas visitas técnicas supervisionadas, nos estágios curriculares, nos laboratórios de ensino arquivístico etc.

A partir dessa compreensão, a coordenação do curso de Arquivologia, no período compreendido entre 1993 e 1994, orientou os professores a incluir, nos conteúdos programáticos das disciplinas do elenco curricular, exercícios práticos em situações reais ou simuladas. A experiência mais acabada se deu na disciplina Arquivo Corrente 1. Foi realizado um trabalho onde houve uma clara vinculação entre teoria e prática. A fundamentação teórica sobre classificação foi enriquecida por atividades práticas realizadas com o arquivo da secretaria do Departamento de Ciência da Informação e Documentação. Os arquivos tinham um sistema tradicional que oscilava entre a fragmentação dos dossiês de assunto, o arquivamento por espécie documental e pelo ato de recebimento ou expedição dos documentos. Alunos e professor produziram um diagnóstico completo da situação dos arquivos e levantaram os dados fundamentais para a elaboração de um plano de classi-

ficação, que, em seguida, foi aplicado e retificado pelos agentes do trabalho pedagógico.

O estágio remunerado é um outro espaço importante que, se bem articulado com a instituição de ensino, poderia criar mais uma oportunidade de exercícios práticos aos alunos. Infelizmente, isso não ocorre, apesar da grande procura por parte dos órgãos públicos e empresas privadas. Entre agosto e outubro de 1995, por exemplo, foram oferecidas 17 vagas para esse tipo de estágio. A Universidade de Brasília possui, inclusive, um setor específico que cuida dos contatos com os órgãos públicos ou empresas privadas interessadas na contratação de estagiários. Trata-se de uma relação meramente burocrática. Este setor não faz nenhum tipo de avaliação sobre as condições de trabalho oferecidas. Os cursos também não são procurados para avaliarem os campos de estágio. O estágio remunerado tornou-se uma excelente oportunidade para a contratação de mão-de-obra semiqualficada e a um baixo custo pelas empresas.

Em uma pesquisa realizada junto a alunos que participavam de estágios remunerados, observou-se que a maioria já tinha cursado mais da metade do curso de Arquivologia. Recebiam uma remuneração entre um e dois salários mínimos para trabalharem quatro, seis e até oito horas por dia. Alguns recebiam também outros tipos de benefícios, tais como: vale-transporte, vale-alimentação, refeição subsidiada etc. As principais atividades executadas eram as seguintes: descrição, avaliação, classificação e levantamento de dados. O campo de estágio não oferece, salvo raras exceções, condições de aprendizagem prática condizente, delegando ao estagiário-trabalhador a execução de tarefas que os funcionários da empresa não querem executar, e tarefas rotineiras e mecânicas, não lhe assegurando supervisão de estágio. Não há uma orientação clara dos trabalhos e nem treinamento prévio para a execução das tarefas. Em 20% dos locais, não havia a orientação de um profissional capacitado. As atividades executadas são, geralmente, pontuais e não fazem parte, por exemplo, de um projeto de trabalho de organização dos arquivos.

A experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília nos coloca algumas questões. A primeira é que consideramos fundamental o exercício prático na formação profissional do aluno de Arquivologia. Mas esse exercício não pode ser desconectado da aprendizagem realizada em sala de aula. Portanto, é necessário que a vinculação entre a instituição de ensino e o campo de estágio supere a relação meramente burocrática. Tem de existir uma articulação clara, bem definida. Uma relação pedagógica organizada, planejada, para que ambos persigam a formação profissional do aluno.

As instituições implicadas na formação profissional, embora sejam duas realidades diferentes, devem estar atentas para o que ensinar, tanto no âmbito teórico quanto prático, à luz do que a demanda lhes apresenta, o que requer um esforço no sentido de superar a fragmentação e a desarticulação que ocorrem entre elas, pressupondo conhecimento adequado e profundo da situação concreta desses elementos (BURIOLLA, 1995, p. 82).

É imprescindível que a vinculação entre a teoria e a prática esteja presente em todos os momentos da formação profissional do arquivista, nas disciplinas do elenco curricular e nos estágios curriculares. Porém, encontramos numa situação difícil, porque são poucos os professores com uma vivência e um trabalho desenvolvidos em instituições arquivísticas ou na elaboração e coordenação de projetos de pesquisa. É importante também que os cursos criem os seus laboratórios, para promover simulações e experiências efetivas de trabalhos arquivísticos. O laboratório é o local ideal para o treinamento e aperfeiçoamento de professores e alunos.

O currículo mínimo foi preparado dentro de um arcabouço da década de 70 e precisamos superar os limites impostos por essa situação para formar profissionais que compreendam o trâmite dos documentos da fase administrativa até a eliminação ou arquivamento permanente. Precisamos estar afinados com os desafios impostos pelas mudanças implementadas pelas novas tecnologias e com o entendimento de que a atividade arquivística é essencialmente intelectual

e não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas previamente elaboradas, como receitas. Tudo isso deve estar fundamentado nos conhecimentos da própria Arquivística, da Informática, da Diplomática e da História (LOPES, 1994, p. 2). Deve-se manter, em todos os momentos do trabalho pedagógico, a unidade entre a prática e a teoria.

## Notas

- 1 Cf. CUNHA, 1994. p. 29. A autora faz essas considerações citando Michel Lowy. O autor esclarece que para o pensamento positivista "as ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à elaboração e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamento de valor ou ideologias, descartando previamente todas as pré-noções e preconceitos". LOWY, 1987).
- 2 Resolução nº 28, de 13 de maio de 1974 do Conselho Federal de Educação. Artigo 3.
- 3 Pesquisa realizada em 1993, sob a coordenação do professor Luis Carlos Lopes, demonstrou que a maioria dos alunos do curso encontrava-se empregada, principalmente no setor público.
- 4 Trabalho pedagógico é aqui entendido, a partir da definição formulada por Benigna Villas Boas. 1993, p. 1. Segundo a autora, a expressão admite dois significados: "Pelo primeiro, é o trabalho desenvolvido pela escola, como um todo, cujo objetivo é a transmissão/assimilação do saber sistematizado, para o que concorrem todas as ações escolares. Dele fazem parte não só as atividades desenvolvidas em sala de aula, entre professor e alunos, mas, também, a organização global do poder na escola, a estrutura administrativa, as reuniões de pais, de professores e de conselhos de classe, os eventos socio-culturais, como horas cívicas, palestras, comemorações, confraternizações, festa junina etc. A justificativa é que todas as iniciativas escolares afetam direta ou indiretamente a formação dos alunos, em termos do currículo aberto e do oculto. Pelo segundo significado, o trabalho pedagógico restringi-se à interação professor-aluno, em sala de aula."

## Referências bibliográficas

ABRUCIO, Fernando Luiz. Formação e treinamento. Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap. *Estrutura e organização do Poder Executivo*. Brasília, DF : Centro de Documentação, Informação e Difusão Graciliano Ramos, 1993.

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A profissão e o ensino de Arquivologia. *Boletim do Arquivo*, São Paulo, v. 1, n. 1, dez.-1992.
- BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade*. São Paulo : Ed. da Unesp, 1994.
- BURIOLLA, Marta A. Feiten. *O estágio supervisionado*. São Paulo : Cortez, 1995.
- COOK, Michael. *Directrices para la preparación de programas de estudios sobre la gestión de documentos y la administración de archivos modernos : un estudio del Ramp*. Paris : Unesco, 1982.
- \_\_\_\_\_. Information technology : a challenge to training. *Archivum*, Paris, v. 34, p. 17-34, 1988.
- COUTURE, Carol. La formation en archivistique. Evolution, contexte et contenu. *Archivum*, Paris, v. 34, p. 35-60, 1988.
- COX, Richard. États-Unis. La formation en archivistique. Besoins et réalisations. *Archives*, v. 20, n. 3., s.d.
- CUNHA, Maria Izabel. *O bom professor e sua prática*. Campinas : Papirus, 1994.
- DELMAS, Bruno. *La formation des archivistes : analyse des programmes d'études de différents pays et réflexion sur les possibilités d'harmonisation*. Paris : Unesco, 1979.
- DUCHEIN, Michel. Archives, archivistes, Archivistique : définitions et problématique. *La pratique archivistique française*. Paris : Archives Nationales, 1993.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.
- EVANS, Frank. The organization and status of archival training : an historical perspective. *Archivum*, Paris, v. 34, p. 75-92, 1988.

GOES MONTEIRO, Norma de. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul.-dez., p. 79-90, 1988.

LOPES, Luis Carlos. A quadratura do círculo : a Arquivística para o século XXI. *Arquivo & Informação*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, nov. 1994.

---

\_\_\_\_\_. *Gerenciamento da Informação e Gestão Documental no Cid*. Brasília, DF, 1993. Projeto de pesquisa.

LOWY, Michel. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen : Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo : Busca Vida, 1987.

PEREIRA, Otaviano. *O que é teoria*. São Paulo : Brasiliense, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. *Les fondements de la discipline archivistique*. Québec : Presses de l'Université du Québec, 1994.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofía da praxis*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1968.

VILLAS BOAS, Benigna. *A organização do trabalho pedagógico*. Campinas, 1993.